

Campanha Salarial 2013

Assembleia aprova participação da categoria na jornada de lutas da Fasubra e outras mobilizações



Os trabalhadores da Unicamp se reuniram em assembleia geral na semana passada para discutir os resultados da reunião de negociação com a reitoria ocorrida no último dia 7/8.

Na ocasião, foi informado que a reitoria ainda não apresentou por escrito a proposta de implementação da retomada da isonomia com a USP para o ano que vem. Diante do recuo apresentado no último comunicado da reitoria sobre a equiparação do piso de nível médio, o STU voltou a cobrar explicações e a formalização da proposta, mas o reitor se limitou a dizer que ocorrerá ano que vem, sem apresentar qualquer documento.

Sobre os procedimentos para “espalhamento dos salários”, a fim de corrigir injustiças no processo de isonomia, o próprio reitor admitiu que

a carreira PAEPE é problemática e precisa ser revista, visto que não permite que os trabalhadores progridam efetivamente na carreira. No entanto, Tadeu não manifestou posicionamento objetivo sobre como se dará esse processo.

Em relação à mudança de regime jurídico dos servidores técnico-administrativos contratados via CLT entre 1985 e 05 de outubro de 1988 para o regime estatutário (Esunicamp), aprovada na última sessão do CONSU, o STU cobra ainda o compromisso assumido pelo reitor de disponibilizar aos servidores que tenham condições de migrar para o Esunicamp um canal para esclarecimento de dúvidas e realização de simulações necessárias para fundamentar a opção dos trabalhadores.

Mais informações sobre o início das negociações da pauta específica estão disponíveis no site do STU.

Vamos à luta!

A assembleia também aprovou a participação da categoria na Jornada de Lutas da Fasubra, que ao longo

deste mês exige o atendimento das demandas dos trabalhadores técnico-administrativos das universidades em nível nacional. O calendário de atividades culminará em um dia de paralisações em 30 de agosto, organizado em conjunto com as centrais sindicais. As atividades na Unicamp acontecem de 26 a 30 de agosto.

Organização

Nas próximas assembleias serão discutidos os encaminhamentos necessários para organizar a eleição do Conselho de Representantes (CR).

Confira o calendário de lutas proposto pela Fasubra:

- **15/08:** Paralisação Nacional em defesa da saúde pública gratuita e de qualidade;
- **De 26 a 30/08:** Semana Nacional de Paralisação com atividades de rua, debates e ações em conjunto com docentes, estudantes e outras categorias.

Retirada das punições da greve:

O STU informa que as faltas caracterizadas como F3 atribuídas aos trabalhadores punidos pela greve de 2011 começaram a ser retiradas da vida funcional dos servidores na semana passada, de acordo com informações da DGRH. A reitoria se comprometeu ainda verbalmente a retirar todas as F3 dos prontuários até o final deste mês - compromisso que a diretoria do STU cobra que seja formalizado por escrito.

Decorrido o prazo estipulado, caso permaneça algum registro de F3 em sua “Vida Funcional”, entre em contato com o STU.

Trabalhadores cobram investigações das denúncias de irregularidades em licitações do Metrô e CPTM

A assembleia geral da última quinta-feira (8/8) também aprovou que o STU deve se somar à campanha pela apuração das recentes denúncias de formação de cartel e fraudes em licitações de obras do metrô e da CPTM. As suspeitas e indícios de irregularidades divulgados pela mídia envolvem diretamente o Governo do Estado de São Paulo.

Matéria publicada no jornal "Folha de S.Paulo" no dia 2 de agosto informa que a empresa alemã Siemens teria entregue ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) documentos que implicam os ex-governadores José Serra e Mário Covas, bem como Geraldo Alckmin. Os tucanos teriam conhecimento dos acordos entre a Siemens e as empresas Alstom e CAF para a fixação de preços no processo de licitação para as obras da linha 5 do metrô de São Paulo.

O Cade é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça que investiga casos de formação de cartel.

Os documentos também trariam

provas de que o governo do Estado, na gestão Mário Covas, teria pressionado as empresas a formarem o cartel.

O esquema iniciado no fim dos anos 1990 teria se estendido ao governo de Geraldo Alckmin (2001-2006) e ao primeiro ano do mandato de José Serra, em 2007. Neste último, a suposta negociata teria sido ampliada para obras de manutenção da CPTM. O prejuízo aos cofres públicos paulistas seria de aproximadamente R\$ 425 milhões.

A Siemens teria formalizado as denúncias para se livrar de punições.

O STU, que há anos denuncia o modelo privatista das sucessivas administrações do PSDB, vem a público exigir que as denúncias sejam investigadas e os culpados devidamente responsabilizados.

A diretoria do sindicato também acredita que é necessário aproveitar este momento para colocar em debate o modelo

de transporte público imposto pelos governos estadual e municipais, cuja gestão é voltada ao lucro empresarial e não aos interesses da população. Por isso, convoca toda a categoria a participar do ato "Chega de Sufoco - Por um transporte público estatal de qualidade", que será realizado na próxima quarta-feira (14/8), a partir das 15 horas, no Vale do Anhangabaú em São Paulo. O objetivo é exigir a abertura da caixa-preta dos transportes no Estado.

Interessados em participar da manifestação devem entrar em contato com a secretaria do STU e informar nome e RG.



Juventude ocupa a Câmara Municipal e é duramente reprimida pela PM

Depois de vários protestos no último mês junho, a juventude campineira ocupou a Câmara Municipal da cidade na noite de quarta-feira (7/8) durante a sessão que marcava o retorno dos vereadores após um mês de recesso.

Poucas horas depois, o presidente da Câmara, vereador Campos Filho (DEM), acionou a Tropa de Choque da Polícia Militar, que retirou os manifestantes do local à força. Os jovens, entre eles diversos estudantes da Unicamp, foram le-

vados ao 4º Distrito Policial, onde a ocorrência foi registrada.

Com o intuito de criminalizar o movimento, a mídia nacional caracterizou os manifestantes como vândalos, minimizando as pautas reivindicadas pelo movimento e omitindo o fato de que a reintegração de posse ocorreu de forma violenta e sem autorização judicial.

Os manifestantes reivindicavam a implantação do passe livre para todos os estudantes, abertura da CPI dos Transportes (para

investigar as planilhas de custos do sistema rodoviário coletivo do município) e a saída do secretário municipal de Transportes, Sergio Benassi (PCdoB).

O movimento chegou a protocolar o pedido de instauração da CPI no início do mês passado, mas a Comissão não foi instituída porque grande parte dos vereadores se negou a assinar o documento.

O STU é solidário ao movimento contra o aumento da passagem em Campinas.